

Assembleia Legislativa do Estado do Acre Legisla-e

LEI ORDINÁRIA № 1045, DE 7 DE JULHO 1992

Dá nova redação aos arts. 34 e 35 da Lei n. 526, de 21 de abril de 1974 e dá outras providências." "

Data de Criação

Data de Publicação 13/07/1992

07/07/1992

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 5823, de 13/07/1992

Origem

Não informada

Tipo

Lei Ordinária

Temática

Autoria

Alteração de Artigos

Poder Executivo

Altera

Alterada por

Lei Ordinária Nº 526/1974

• Lei Ordinária Nº 1236/1997

LEI Nº 1.045, DE 07 DE JULHO DE 1992

Dá nova redação aos arts. 34 e 35 da Lei n. 526, de 21 de abril de 1974, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 34 e 35 da Lei n. 526, de 21 de abril de 1974, passam a vigorar coma seguinte redação:

"Art. 34. As diárias de que trata e artige anterior serão concedidas aos Policiais Militares, obedecendo os parâmetros estabelecidos pelo Poder Executivo, para a Administração Pública Direta do Estado, quando o afastamento da sedo, por motivo de serviço, for até vinte dias, ficando o valor da diária reduzido à metade nos afastamentos superiores a este prazo, assim fixados:

I- de Secretário de Estado, para o CMT Geral e Sub-CMT PMAC, para:

- a) fora do Estado: 47 UPF; e
- b) dentro do Estado: 18 UPF;
- H de Coronel PM, para os Oficiais Superiores da PMAC, para:
- a) fora do Estado: 35 UPF; e
- b) dentro do Estado: 14 UPF.

III - de Capitão PM, para os Oficiais Intermediários, Subalternos e Aspirantes - a - Oficiais PM, para:

- a) fora do Estado: 25 UPF; e
- b) dentro do Estado: 10 UPF.

a) fora do Estado: 15 UPF; o
b) dentre de Estade: 06 UPF.
V de Cabo, para es Cabos e Soldades PM, para:
a) fora do Estado: 14 UPF; e
b) dentro do Estado: 05 UPF.
Parágrafo único. Quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede de serviço- será pago metade do valor estipulado.
Art. 35. O Policial Militar quando designado para frequentar Curso de Aperfeiçoamento, Especialização ou Estágio, fora do Estado, terá direito a diárias no valor do trinta por cento do previsto no caput do artigo anterior."
Art. 2º O Policial Militar quando designado para frequentar Curso de Formação, fora do Estado, fará jus a uma bolsa de estudo, correspondente a:
I - 75 UPF mensais para es alunes de Curse de Fermação de Oficiais PM; e
H 45 UPF mensais, para os alunos do Curso de Formação de Sargentos PM.
Art. 3º Aplicar, no que couber, ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre CBMAC, o disposto nesta Lei.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revegam-se as disposições em contrário
Rio Branco, 7 de julho de 1992, 104º da República, 90º do Tratado de Petrópolis e 31º do Estado do Acre.

ROMILDO MAGALHÃES DA SILVA